

RESUMO

Este artigo apresenta uma breve introdução das ideias de Comte e Durkheim, representantes da sociologia positivista, e sua interação com o momento histórico e político particular que viveram na França: as transformações sociais do séc. XIX e início do XX, as ideias iluministas, a burguesia nascente. No contexto revolucionário pós-revoluções Francesa e Industrial, a sociologia positivista formulou um pensamento e uma prática estabilizadoras, que buscavam evitar novas rupturas. Propunham a manutenção da ordem e a contenção das paixões. Esse ideário tem um contorno político-ideológico de apoio às conquistas da burguesia e refreamento de movimentos contraditórios a ela.

Palavras-chave: Positivismo. Teoria dos Três Estados. Fato Social. Anomia. Normal e Patológico. Moralização.

ABSTRACT

This article presents a brief introduction to the ideas of Comte and Durkheim, representatives of positivist sociology, and their interaction with the particular political and historical moment they lived in France: the social transformations of the 19th and early 20th centuries, the Enlightenment ideas, the rising bourgeoisie. In this revolutionary context that followed the French and Industrial Revolutions, the positivist sociology delivered a stabilizing thought and practice that aimed to avoid new disruptions and to this aim proposed the maintenance and order and the restraint of passions. This positivist thinking has a political-ideological outline that supports the achievements of the bourgeoisie and refrains the movements that are contrary to it.

Keywords: Positivism. Three State Theory. Social Fact. Anomie. Normal and Pathologic. Moralization.

* Mestre em Sociologia pela USP e doutorando em Ciências Sociais na PUC-SP. Professor de Filosofia, Sociologia, Antropologia e Metodologia da Pesquisa nos cursos de Direito da FMU e da UNIP. Analista de Pesquisa da Fundação Seade, São Paulo.

** Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. Professor de Metodologia da Pesquisa Científica e Didática do Ensino Superior do Programa de Mestrado em Direito da Sociedade da Informação da FMU. Docente do Programa de Mestrado em Ciências Sociais da UVV-ES. Analista de Pesquisas da Fundação Seade, São Paulo.

1. Introdução

A sociologia é resultado de uma gestação da modernidade. Nasce com preocupações decorrentes de acontecimentos históricos que transformaram as relações sociais entre os séculos XVI e XIX: o renascimento cultural, em que ocorre um deslocamento do teocentrismo para o antropocentrismo; a expansão marítima, com a descoberta do novo mundo, em que aparece a questão da alteridade; a reforma protestante, que estimula o surgimento do individualismo moderno; a revolução científica do séc. XVII, que questionou várias verdades consolidadas; o séc. XVIII, das Luzes, dos enciclopedistas, das Revoluções Francesa e Industrial; o surgimento dos grandes centros urbanos na Europa no séc. XIX e de uma nova pobreza típica das cidades grandes, da luta de classes, de um novo ritmo, acelerado, marcado pelo motor à combustão.

Pode-se dizer que essa gestação da modernidade torna o homem mais livre, mas também mais “abandonado”, pois foram esfaceladas verdades já consolidadas do Antigo Regime, o que deixou lacunas em meio às quais surgiu a sociologia, interessada em estudar a passagem do mundo da tradição para o mundo moderno, a passagem da comunidade para a sociedade, em outros termos, a passagem da sociedade pré-capitalista para a sociedade capitalista industrial.

A “morte de Deus”, expressão dada por Nietzsche no séc. XIX, retrata esse desamparo do homem moderno. Segundo as palavras desse filósofo, quem matou Deus foi o homem da ciência, o homem da razão, que, ao matá-lo, questionou a sua própria existência enquanto sujeito, enquanto identidade, enquanto verdade. A sociologia surge num século que é, por um lado, de euforia da ordem e do progresso, e, por outro, do niilismo de um homem que não vibra mais, indiferente à vida.

A sociologia positivista, representada por Comte e Durkheim, aparece no cenário moderno para colocar assento nessa sociedade em transformação, propondo uma acomodação. Apesar de apoiarem o movimento político da Revolução Francesa, esses autores tiveram dificuldade em lidar com

a cisão, a revolução, a diferença. Esta dificuldade fica clara na valorização do coletivo em detrimento do individual, do normal em detrimento do patológico, do consenso em detrimento do dissenso, em uma época que inaugura, como nenhuma outra, a convivência mais próxima das diferenças, com a aceleração do tempo, o encurtamento dos espaços, o alargamento dos meios de comunicação e o adensamento das cidades. Em uma França que passou pela maior e mais importante revolução burguesa, surgiram esses dois importantes sociólogos que querem, no séc. XIX e início do XX, conter a revolução e tudo o que a representa - a crítica, as paixões. Apoiaram a Revolução, porém não desejam que ela seja permanente.

2. Augusto Comte

Segundo Claude Lefort¹, a perspectiva positivista, cujo lema é “ordem e progresso”, estava na origem da ideia de uma democracia própria do século XIX, inaugurada na Revolução Francesa, como um modelo, uma ideia de sociedade prévia a ser perseguida. Comte não considerava a democracia como um movimento social espontâneo e direcionado à afirmação de liberdades de direitos. Buscava, antes, a unidade e um movimento social orgânico e indiviso. Essa ideia de democracia mostra-se, na realidade, totalitária, por não levar em consideração a participação social. A presença de um poder transcendente à sociedade “apaga a oposição entre Estado e sociedade civil; dedica-se a tornar manifesta a presença do Estado em toda extensão do espaço social, isto é, a veicular, através de uma série de representantes, o princípio de poder que informa a diversidade das atividades e as contém no modelo de uma submissão comum” (LEFORT, 1990, p. 326).

Para Comte, a crise é resultado da ação combinada de forças retrógradas e

¹ Filósofo francês do séc. XX relevante na análise dos conceitos de totalitarismo, democracia e ideologia, entre outros. Afirma que a democracia, como constituição de direitos, deve-se efetuar de forma autônoma e não heterônoma, isto é, deve surgir no interior dos próprios movimentos sociais.

revolucionárias, enquanto a ordem provém de um movimento orgânico, estabilizador. No contexto da crise vivida pela sociedade industrial da primeira metade do século XIX, esse pensamento mostra-se conveniente aos intentos da burguesia. A análise comtiana, apesar de expressamente buscar uma harmonia, deixa de contemplar forças sociais contrárias às ideias iluministas, ao lançar a ideia de divisão social entre normal e patológico. A citação a seguir mostra que Comte não fez uma observação “imparcial” de sua época e das ciências existentes, mas que teve um posicionamento político diante da Europa pós Revolução Francesa.

Um sistema social que se extingue, um novo sistema que atingiu sua completa maturidade e que tende a se constituir, eis o caráter fundamental assinalado à época atual pela marcha geral da civilização. De conformidade com este estado de coisas, dois movimentos de natureza diferente agitam hoje a sociedade: um de desorganização, outro de reorganização. Pelo primeiro, considerado isoladamente, é ela impelida para uma profunda anarquia moral e política, que parece ameaçá-la de próxima e inevitável dissolução. Pelo segundo, é ela conduzida para o estado definitivo da espécie humana, o mais conveniente à sua natureza, no qual todos os seus meios de prosperidade devem receber seu mais completo desenvolvimento e sua aplicação mais direta. É na coexistência dessas duas tendências opostas que consiste a grande crise vivida pelas nações mais civilizadas. É sob esse duplo aspecto que a crise deve ser considerada para ser compreendida. (COMTE, 1983, p.62)

O diagnóstico da sociedade moderna capitalista e industrial de Comte parte de sua teoria dos três estados - estado teológico, estado metafísico e estado positivo - através dos quais, de forma sucessiva, teria evoluído o pensamento humano. A passagem de um estado para outro se daria de forma lenta, gradual e segura, sendo as diferenças entre um

e outro apenas de grau e não de natureza, sem rupturas. Um exemplo dessa análise aplicada à prática, como forma de negar o conflito e tendo como cenário a realidade brasileira recente, seria a “evolução lenta e gradual” da ditadura militar à democracia, que encerraria diferenças apenas de grau, mas não intrínsecas. Comte, em sua proposição, não quer divisão, cisão, revolução; não admite diferenças ou crítica no interior da sociedade. Acredita que os estágios deverão se suceder num *continuum*, como se um estado fosse o prolongamento do outro, de forma melhorada em termos de racionalidade.

Para perceber como Comte constrói essa defesa da unidade, da não cisão social, é interessante fazer uma breve leitura da teoria dos três estados.

No olhar evolutivo de Comte, o estado teológico-metafísico representa a infância e a adolescência da humanidade, sendo o estado positivo o último, definitivo, representante da fase adulta, real, concreta, científica.

No primeiro estado, o teológico, os fenômenos da natureza e o mundo eram plenamente explicados pela recorrência a deuses e espíritos. A compreensão era construída por instintos e sentimentos. Este estágio é subdividido por Comte em três fases sucessivas: fetichista, politeísta e monoteísta. A fase fetichista é a mais primitiva e também traz uma subdivisão interna, uma etapa inicial e outra mais avançada: a fase fetichista “consiste sobretudo em atribuir a todos os corpos exteriores vida essencialmente análoga à nossa (...). A adoração dos astros caracteriza o grau mais elevado dessa primeira fase teológica que, no início, apenas difere do estado mental em que param os animais superiores.” (COMTE, 1978b, p. 118)

Depois do estágio fetichista, ainda dentro do estado teológico, viria o politeísmo, momento em que essa vida, primeiramente atribuída aos corpos exteriores, passa a ser atribuída a deuses, por meio da imaginação, em abordagem abstrata: “a vida é por fim retirada dos objetos materiais, para ser misteriosamente transportada para seres fictícios diversos, habitualmente invisíveis.” (p.118)

O terceiro estágio do estado teológico, o monoteísmo, apesar de ainda fazer parte do

estado teológico, que é primitivo, provisório e imperfeito, irá favorecer o aparecimento de um princípio moral na sociedade:

No organismo político da Antigüidade, a moral (...) nunca podia adquirir nem a dignidade nem a universalidade convenientes à sua natureza. Sua independência fundamental e até mesmo sua ascendência normal resultaram (...) do regime monotéico próprio à Idade Média. Esse imenso serviço social, devido sobretudo ao catolicismo, sempre formará seu principal título ao eterno reconhecimento do gênero humano. (...) a moral humana pôde realmente começar a tomar caráter sistemático, estabelecendo, ao abrigo de impulsos passageiros, regras verdadeiramente gerais para o conjunto de nossa existência, pessoal, doméstica e social. (p. 179)

Depois Comte irá mostrar as imperfeições do monoteísmo também, no desenrolar extenso de seu estudo, mas não cabe neste breve resumo apresentá-las.

Para evoluir do estado teológico ao positivo, transpondo o abismo entre a teologia e a física social, foi necessário ao pensamento humano fazer uma transição gradual por intermédio da metafísica: “Tal é o destino natural das concepções metafísicas, não possuem outra utilidade real.” (COMTE, 1978a, p. 42). No estado metafísico ou abstrato, a imaginação e o sobrenatural perdem espaço, de forma gradual, para o raciocínio. “Na esfera política, o espírito metafísico corresponderia a uma substituição dos reis pelos juristas; supondo-se a sociedade como originária de um contrato, tende-se a basear o Estado na soberania do povo.” (GIANNOTTI, 1978, p. 18)

Em cada um dos três estados, o movimento do pensamento é sempre de natureza convergente. A evolução resulta da busca de unidade, consenso:

O sistema teológico chegou à mais alta perfeição (...) quando substituiu, pela ação providencial de um ser único, o jogo variado de numerosas divindades independentes (...). Do mesmo

modo, o último termo do sistema metafísico consiste em conceber, em lugar de diferentes entidades particulares, uma única grande entidade geral, a natureza, considerada como fonte exclusiva de todos os fenômenos. Paralelamente, a perfeição do sistema positivo à qual este tende sem cessar, apesar de ser muito provável que nunca deva atingi-la, seria poder representar todos os diversos fenômenos observáveis como casos particulares dum único fato geral, como a gravitação o exemplifica. (COMTE, 1978a, p. 37)

Finalmente, a filosofia positiva, definitiva, a física social, livre da influência dos astrólogos e alquimistas dos estados primitivos, baseia seu pensamento em fatos reais, na observação de fenômenos explicáveis, científicos, inquestionáveis. Por não se dedicar mais a inócuas buscas teológicas ou metafísicas, mas sim voltar-se ao raciocínio e à observação, o positivismo apresenta uma explicação taxativa, segundo sua própria concepção: “no estado positivo, o espírito humano (...) renuncia a procurar a origem e o destino do universo (...) para preocupar-se unicamente em descobrir, graças ao uso bem combinado do raciocínio e da observação, suas leis efetivas, a saber, suas relações invariáveis de sucessão e de similitude.” (p. 37)

Quando escreveu suas ideias, Comte afirmava que a Europa encontrava-se em uma anarquia moral e política, período de transição do estado teológico-metafísico, das fantasias e das quimeras, para o estado real e racional, última etapa da evolução do espírito humano. Nesse diagnóstico de crise, Comte afirma a necessidade da substituição do sacerdote e do militar do antigo regime pelo cientista e o industrial na sociedade moderna. Isto acompanha o desenvolvimento material da sociedade industrial.

Retomando Lefort, o discurso de Comte associa-se à ideologia da sociedade burguesa industrial:

Em seu apogeu, no século XIX, nos deparamos com um discurso social exterior ao social, regido pela ilusão de uma leitura do real a

partir do real e que tende a se oferecer como discurso anônimo no qual o universal fala de si mesmo. Esse discurso, seja qual for o apoio que encontra na religião, em certas épocas e para certas camadas da classe dominante, está submetido ao ideal do conhecimento positivo e vive da recusa explícita ou implícita de uma referência ao lugar-outro onde o saber da ordem social e da ordem do mundo estaria recolhido. Porém, o que não nos pode escapar é a singularidade do dispositivo graças ao qual o discurso ideológico tenta preencher sua função. Trata-se da ordenação do discurso pela clivagem entre as *ideias* e o suposto real. Apaga-se a exterioridade do lugar outro, ligada ao saber religioso ou mítico, mas o discurso se refere a si mesmo pelo desvio da transcendência das ideias. Quer seja a Humanidade, o Progresso, a Vida, a Natureza, ou os princípios-chaves da democracia burguesa inscritas no frontão da República – ou a Ciência e a Arte – mas também a Propriedade, a Família, a Ordem, a Sociedade, a Pátria – quer seja a versão conservadora ou progressista do discurso burguês, ou a versão socialista ou anarquista do discurso antiburguês, o texto da ideologia é escrito com maiúsculas. Traz os signos constantes de uma verdade que fixa a origem dos fatos, encerra-os numa representação e comanda a argumentação. (LEFORT, 1990, p.317)

Lefort nos mostra a emergência de um discurso, e uma prática correspondente, que propõe a inclusão social a todo custo, não admite o “fora” da ordem estabelecida, as resistências ao enquadramento social.

A obra de Comte tem cunho político e subjetivo. O homem Comte posiciona-se diante da sociedade moderna idealizando-a. Na verdade, esconde uma sociedade, de fato, violenta, com um discurso hierarquizante, determinante do que é normal ou patológico. Como, de fato, Comte pensa as diferenças sociais? A sociologia teria, para ele, uma missão colonizadora, ao buscar no senso comum dessa modernidade a necessidade do

mando, da obediência. E esse sentimento é transferido, então, para o discurso científico.

É nesse período que aparecem os manicômios, as prisões como forma de penalidade, as escolas, os asilos etc., instituições fechadas que servem para sequestrar a liberdade daquele que foge à normalidade estipulada por um olhar médico sobre a sociedade, segundo a análise de pensadores posteriores, como Michel Foucault.

No meio do mundo sereno da doença mental, o homem moderno não se comunica mais com o louco: há, de um lado, o homem de razão que delega para a loucura o médico, não autorizando, assim, relacionamento senão através da universalidade abstrata da doença; há, do outro, o homem de loucura que não se comunica com o outro senão pelo intermediário de uma razão igualmente abstrata, que é a ordem, coação física e moral, pressão anônima do grupo, exigência de conformidade. Linguagem comum não há, ou melhor, não há mais; a constituição da loucura como doença mental, no final do século XVIII, estabelece a constatação de um diálogo rompido, dá a separação como já adquirida, e enterra no esquecimento todas essas palavras imperfeitas, sem sintaxe fixa, um tanto balbuciantes, nas quais se fazia a troca entre a loucura e a razão. (FOUCAULT, 1999, p.141)

Um ano após a morte de Augusto Comte, nasce Émile Durkheim, que dá continuidade à ideia de predominância da sociedade sobre o indivíduo, de consenso, unidade e ordem social. Como será brevemente mostrado a seguir, a obra de Durkheim, assim como a de Comte, oferece sustentação ao discurso ideológico da nascente burguesia, que entendia que o indivíduo devia estar submisso ao social e ao Estado, pois, nessa época, o importante era manter e acalantar as conquistas da Revolução Francesa sem, porém, deixar que essa experiência ensejasse novas revoluções por força do também nascente proletariado: “... a política é um invisível que se efetiva pela moral e esta,

por seu turno, é a ciência da submissão do indivíduo à ordem social. De Comte a Durkheim nenhum passo precisa ser dado.” (CHAUI, 2000, p. 51)

3. Émile Durkheim

Ao escrever *As Regras do Método Sociológico* e definir o fato social como objeto de estudo, Émile Durkheim eleva a sociologia à categoria de ciência. Critica Augusto Comte e contemporâneos pela falta de objetividade e precisão na análise. A sociologia como ciência, pela visão de Durkheim, pressupõe o uso do empirismo para comprovação dos princípios teóricos e abandona a subjetividade das proposições anteriores: “Em vez de uma ciência de realidades, não fazemos mais do que uma análise ideológica.” (DURKHEIM, 2002, p.16)

Durkheim também critica em Comte a visão simplista sobre a evolução da sociedade: “os fatos não se apresentam com essa extrema simplicidade (...), a sequência da sociedade não poderia ser figurada por uma linha geométrica; ela assemelha-se antes a uma árvore cujos ramos se orientam em sentidos divergentes.” (p.20-21) Durkheim critica, dessa forma, a teoria dos três estados de Comte, pois a considera fruto de uma análise concebida no mundo das ideias, que não leva em conta a sociedade concreta.

No primeiro capítulo de *As Regras do Método Sociológico*, Durkheim determina de forma precisa o objeto de estudo da sociologia, com o objetivo de diferenciá-la da biologia ou da psicologia. Definiu como objeto o fato social: “é fato social toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independente de suas manifestações individuais.” (p. 13) Fatos sociais não são quaisquer fenômenos que ocorrem na sociedade, são somente aqueles que acontecem na sociedade mas que não são objeto de estudo de outras ciências da natureza que não a sociologia (atente-se para o fato de a sociologia para Durkheim figurar como uma ciência da natureza).

Os fatos sociais são externos ao homem, porque lhe são anteriores assim como a sociedade. Em última instância, a própria sociedade é o objeto da sociologia, pois é compreendida como um complexo integrado de fatos sociais. Eles consistem em uma imposição sobre a ação humana, imposição esta que é dada pelas relações estabelecidas na sociedade e que condicionam a participação do indivíduo. Para participar de uma sociedade o homem tem o dever de agir conforme seu costume, cumprindo os deveres que lhe são socialmente impostos. São exemplos de fatos sociais “regras jurídicas, morais, dogmas religiosos, sistemas financeiros” (p.4), as obrigações para com a família, aquelas relativas ao exercício da cidadania etc.. De maneira resumida, o fato social é externo e anterior ao homem e tem caráter impositivo.

Existem também fatos sociais que não são estabelecidos de forma tão clara e institucionalizada, mas que igualmente se impõem sobre a ação humana dentro da sociedade. São chamados por Durkheim de “correntes sociais”. Estas forças são exercidas pelo grupo social, por movimentos de opinião, por multidões ou grupos restritos, que exercem uma influência externa sobre a ação do indivíduo: “a opinião é uma força moral cujo poder coercitivo não é menor que o das forças físicas.” (DURKHEIM, 1955, p. 71)

Durkheim valoriza todas essas forças coletivas, institucionalizadas ou não, que retiram o homem de suas paixões, de seu ser individual. Propõe a internalização dessas forças coletivas, por exemplo através de uma educação moral. A moral é composta de dever-obrigação e desiderabilidade, as quais, por sua vez, se recompõem em três: espírito de disciplina, espírito de abnegação e autonomia da vontade, esta última como resultado das duas primeiras internalizadas.

Durkheim constrói uma concepção de sociologia como ciência que visa o controle, distingue normal de patológico no corpo social e pretende analisar a sociedade com instrumentos precisos e conceitos certos. Elabora o conceito de anomia - algo que está fora do normal e que tem de ser corrigido. Os conflitos e as crises sociais são considerados anomia a ser combatida, independentemente de suas motivações. Assim como a de Comte

um pouco antes, esta análise de Durkheim também convém aos interesses da burguesia, avessa à ideia de conflito que pudesse atentar contra o ideário iluminista. A anomia pode ser exemplificada como “a anarquia das ciências sociais e morais; as crises econômicas e o antagonismo entre patrões e empregados (...) paixões humanas quando estas (...) rompem os freios, destravam as portas e se afirmam exaltadas, ameaçando a sobrevivência da ordem. (...) O mal pede a intervenção enérgica dos bons remédios: controle, contenção, disciplina.” (FERNANDES, 1996, p.74-76)

A anomia foi exposta por Durkheim na definição da causa de um dos três tipos de suicídio que classificou. Consiste na ausência de normas ou na não aceitação pelo indivíduo (suicida) dos limites morais sociais. A aceitação dos limites impostos pela sociedade - sejam eles institucionalizados ou não - é o grande objetivo da sociologia de Durkheim. Na seguinte analogia entre o meio físico e o social, Durkheim exemplifica isto e deixa clara a sua discordância em relação a qualquer iniciativa de insubordinação à ordem estabelecida: “podemos nos revoltar contra as forças materiais de que dependemos; podemos tentar viver de outro modo que não seja o implicado pela natureza de nosso meio físico. Mas, a morte ou a moléstia serão a sanção de nossa revolta. Da mesma forma, estamos mergulhados numa atmosfera de ideias e de sentimentos coletivos que não podemos modificar à vontade”. (DURKHEIM, 1955, P. 71-72)

Durkheim estabelece uma hierarquia dos campos do saber e arvora a sociologia como verdade. Em comparação com outras áreas como psicologia e pedagogia, Durkheim afirma que a sociologia “pode mais e pode melhor” (DURKHEIM apud FERNANDES, 1996, p.57). Conforme aponta Heloísa Fernandes, Durkheim compreendia que “tudo o que é do *socius* oferece-se como objeto da sociologia, e apenas dela.” Lembre-se sempre de que para Durkheim um dos pressupostos da ciência é deter exclusividade sobre um campo do conhecimento. Para a sociologia, Durkheim desenvolve o conceito de moral laica. Em sua análise, considera que a sociologia é portadora de uma moral, para a qual não nega o valioso contributo religioso, e desenvolve-se,

enquanto ciência, como “substituta racional da religião” (p. 52).

Ao estudar estatisticamente o suicídio como fato sociológico e não psicopático, genético, climático etc., Durkheim dá distinção e conformação científica às suas proposições, conforme aponta Carlos Henrique Cardim no prefácio da obra *O Suicídio* de Durkheim. A base dessa atitude seria a quebra de vínculos sociais.

Durkheim fez um diagnóstico pessimista do final do séc. XIX e início do XX, concluindo que a sociedade encontrava-se em estado de anomia. Propôs, a partir desse diagnóstico, um estudo das instituições e de todas as forças coletivas que retiram os indivíduos de suas paixões individuais egoístas.

Durkheim viveu e produziu na III República Francesa, que é a república dos professores. Nesse momento na França, o ensino se torna obrigatório, laico e gratuito para crianças de 6 a 13 anos de idade. A partir do séc. XX, preocupado com a falta de patriotismo e sentimentos nacionalistas na França, Durkheim começou a se reunir com os antigos professores primários para ensiná-los a se comportar diante das crianças. Acreditando que a anomia é um estado crônico da sociedade moderna, entende que cabe um trabalho de moralização. A ideia é revestir a criança com um manto moral social. Significa inculcar na criança maneiras de sentir, agir e pensar dadas pela sociedade. Seria como a sociedade escolher o indivíduo que ela quer e não o indivíduo fazer uma escolha. A instituição escola seria, dentre todas, a que tem a principal função de estabelecer na criança um espírito de disciplina e de abnegação que resultará numa autonomia da vontade. Autonomia da vontade é entendida como algo que faz cessar a inconstância da criança, transformando-a rapidamente em um adulto normal, moralizado, que já superou suas variações de comportamento. Um homem só é autônomo com o espírito de disciplina e abnegação. Autônomo é aquele que não resiste mais às ordens pois já as tem incorporadas: “em outros termos, precisa ter o gosto da obediência.” (FERNANDES, 1994, p. 83)

A postura do corpo do professor deveria transmitir um ar austero para que não fossem

geradas dúvidas ou brechas a respeito do conteúdo que estava sendo transmitido. Isto já fazia parte de um processo de moralização. O professor-autoridade transmite as maneiras de sentir, agir e pensar às crianças.

Durkheim volta-se à educação infantil escolar convencido de que o papel da família e especificamente o do pai não estavam adequados às necessidades de formação das crianças naquele contexto do final do séc. XIX e início do XX: “Para Durkheim, o lugar do pai é o do chefe, do legislador, do magistrado (...) ele impõe que as relações sociais sejam marcadas pela disciplina, impessoalidade, regra, sujeitando todas ao seu desejo (...). Se esse lugar de Mestre já não pode ser ocupado pelo pai, que o professor o substitua...” (p. 68)

O papel da educação é reprimir as paixões: “o sujeito virtuoso é aquele que lhes declara guerra sem tréguas para se adequar melhor ao desejo do Outro²” (p.76) Segundo aponta Heloísa, Durkheim conjuga da ideia de outros pensadores de que a infância é refém de forças prejudiciais: “a criança é o outro, o estrangeiro, o bárbaro, o desconhecido, o estranho. Será analogicamente aproximada ao louco, ao déspota, ao bárbaro”. (p. 79-80) A criança torna-se um adulto normal, com apreço pela regularidade e a autoridade, por meio da educação moral e isto é o que convém à sociedade. A moral encerra em si qualidades superiores aos interesses individuais. Agir moralmente é agir de forma a servir ao coletivo, à sociedade. E é desta ideia que se constrói o conceito de solidariedade em Durkheim.

Durkheim, em sua tese de doutorado *Da Divisão do Trabalho Social*, analisa, num estudo comparativo, dois tipos de sociedade: a pré-capitalista e a capitalista industrial. A pré-capitalista engloba os clãs e as tribos indígenas, onde existe uma relação de parentesco muito forte, uma relação consanguínea, o que resulta numa consciência coletiva igualmente forte, pois esses laços consanguíneos geram sentimentos e valores iguais. São todos parentes, inexiste o indivíduo. A este tipo de solidariedade Durkheim deu o nome de mecânica. Se alguém

praticar um delito ou um desvio nesse tipo de sociedade, é expulso, recebendo aquilo que Durkheim chama de direito repressivo, penal, que seria o símbolo visível da solidariedade mecânica.

Já as sociedades capitalistas industriais, com uma divisão social do trabalho mais desenvolvida em suas funções profissionais, são marcadas pela diferença; inexiste aquela relação de parentesco. Nessas sociedades, a consciência coletiva é mais branda.

Verificando um avanço nesse último tipo de sociedade no que se refere a uma solidariedade que se baseia nas diferenças, Durkheim pergunta como é possível a convivência social entre indivíduos tão diferentes em um mesmo espaço. Conclui que não somente é possível como, ademais, é superior à outra, pois se baseia nas funções profissionais próprias dessa divisão do trabalho mais complexa. Se alguém praticar um delito ou um desvio nesse tipo de sociedade, estará rompendo um contrato entre as partes, logo, pequenas penalidades serão aplicadas, surge o direito restitutivo em lugar somente do repressivo. Este tipo de solidariedade é a solidariedade orgânica. O direito restitutivo é o símbolo visível da solidariedade orgânica.

4. Considerações Finais

A sociologia positivista de Comte e Durkheim, a primeira mais filosófica e a segunda mais instrumental, buscou explicar e apaziguar a sociedade após as grandes transformações trazidas pelas revoluções Francesa e Industrial. Esses pensadores formularam ideias, teorias, justificativas e proposições que buscavam a manutenção da ordem, contrárias a novas insurgências. A sociologia positivista propõe o cerceamento das paixões, dos impulsos, em prol do convívio social.

Esses autores, que propuseram uma ciência social como se fosse uma ciência da natureza, com leis invariáveis e imutáveis, na verdade, deixaram transparecer o caráter político presente nessa corrente sociológica, ao mostrar dificuldade em lidar com as diferenças e o dissenso social. O Brasil sofreu forte influência política da sociologia positivista

² O Outro, com letra maiúscula, é utilizado por Heloísa Fernandes para expressar a sociedade.

desses autores tanto na política em geral como na educação institucionalizada.

Com Max Weber, do final do séc. XIX e início do XX, vai nascer uma sociologia compreensiva, que propõe a ciência social como uma ciência da cultura e não mais como

uma ciência da natureza. Essa sociologia tem pontos de afinidade e de afastamento do positivismo, porém, sua preocupação básica não será mais o controle, o consenso, a ordem, a harmonia ou a homogeneidade social.

REFERÊNCIAS

- CHAUÍ, Marilena. Bruni - o sentido da docência formadora. **Tempo Social** (*Revista de Sociologia da USP*), São Paulo, vol. 12, nº 2: 49-54. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia, novembro, 2000.
- COMTE, Auguste. **Curso de Filosofia Positiva**. In: Os Pensadores: Comte. São Paulo: Abril Cultural, 1978a.
- _____. **Discurso sobre o Espírito Positivo**. In: Os Pensadores: Comte. São Paulo: Abril Cultural, 1978b.
- _____. **Sociologia – conceitos gerais e surgimento**. In: MORAES FILHO, E. (org.). Série Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. **Educação e Sociologia**. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1955.
- _____. **O Suicídio: estudo de sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FERNANDES, Heloísa R. *Sintoma social dominante e moralização infantil: um estudo sobre a educação moral em Émile Durkheim*. São Paulo: EDUSP/ESCUTA, 1994.
- _____. **Um século à espera de regras**. *Tempo Social* (*Revista de Sociologia da USP*), São Paulo, vol. 8, nº 1: 71-83. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia, maio, 1996.
- FOUCAULT, **Ditos e Escritos I - Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- GIANNOTTI, José A. **Comte: Vida e Obra**. In: Os Pensadores: Comte. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- LEFORT, Claude. **As formas da história**. São Paulo: Brasiliense, 1990.